



SIMULADO FINAL

TJ RS

**Analista Do Poder Judiciário
Área Administrativa
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RS**, cargo de **Analista do Poder Judiciário - Área Administrativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aF5f4wUUJKicWSuK9>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/imvF>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1 A 10

Por muito tempo se opôs linguagem oral e linguagem escrita, embora a voz e o livro sejam companheiros, e a biblioteca, em particular, seja um ambiente “natural” para a oralidade: é o lugar de milhares de vozes escondidas nos livros que foram escritos a partir da voz interior de um autor. Quando lê, cada leitor faz reviver essa voz, que provém às vezes de muitos séculos atrás. Mas para as pessoas que cresceram longe dos suportes impressos, alguém tem que emprestar sua voz para que entendam aquela que o livro carrega.

Nos últimos anos, em muitos países, a oralidade foi redescoberta, e o oral e o escrito foram combinados nos espaços dedicados a facilitar a apropriação da cultura escrita. Na Argentina, oficinas foram montadas para ajudar as mulheres a encontrarem, ou reencontrarem, uma boa relação com a narração oral, a fim de que pudessem, em seguida, contar ou ler histórias para as crianças. Algumas eram analfabetas, mas disseram logo de saída que, se não sabiam ler, podiam contar. A pesquisadora Silvia Seoane ouviu-as e observou-as durante as oficinas. Ela se espantou com o trabalho de apropriação, de reinterpretação e de elaboração estética que operavam a partir das histórias trazidas pelas contadoras profissionais. Surpreendeu-se com essa segunda oralidade, que diferia da oralidade espontânea do cotidiano e cuja lógica interna era próxima à da narração escrita; com o surgimento progressivo do desejo de elas mesmas lerem os contos e, então, também de aprenderem a ler.

(Michèle Petit. A arte de ler, 2021. Adaptado)

1. No primeiro parágrafo, a autora propõe uma visão em que o oral e o escrito

- a) se contrapõem de forma irreconciliável.
- b) se complementam como expressões distintas de uma mesma origem.
- c) representam etapas evolutivas do pensamento humano.
- d) assumem papéis equivalentes, porém autônomos.

e) simbolizam modos antagônicos de conhecimento.

2. O trecho “a biblioteca [...] é o lugar de milhares de vozes escondidas nos livros” constitui um exemplo de

- a) metonímia, pois “voz” substitui “pensamento”.
- b) metáfora, pois atribui à biblioteca uma dimensão viva e sonora.
- c) prosopopeia, ao personificar os livros como seres falantes.
- d) hipérbole, por exagerar o número de vozes contidas nos livros.
- e) sinestesia, pela fusão de impressões auditivas e visuais.

3. O verbo “emprestar” em “alguém tem que emprestar sua voz para que entendam aquela que o livro carrega” sugere a ideia de

- a) substituição do autor pelo leitor.
- b) mediação entre o texto e quem não lê.
- c) perda da voz individual diante da voz coletiva.
- d) domínio do oral sobre o escrito.
- e) apropriação indevida da fala alheia.

4. O uso da expressão “segunda oralidade” aponta para

- a) o retorno à oralidade primitiva e espontânea.
- b) a recusa da escrita como meio de expressão.
- c) uma oralidade reelaborada, influenciada pela cultura escrita.
- d) a substituição total da leitura pela fala.
- e) o desaparecimento da tradição narrativa popular.

5. A reação da pesquisadora Silvia Seoane diante das mulheres analisadas revela

- a) a crença de que a leitura é um dom natural e inato.
- b) a surpresa diante do processo criativo e interpretativo presente na fala.
- c) a confirmação de que a oralidade é inferior à escrita.
- d) a desvalorização das narradoras em relação às contadoras profissionais.
- e) a ausência de qualquer elaboração estética nas narrativas orais.

6. O texto sugere que o ato de ler, para a autora, é

- a) uma forma de reanimar vozes e estabelecer diálogo com o passado.
- b) um exercício técnico de decodificação linguística.
- c) uma experiência solitária, afastada da oralidade.
- d) uma atividade objetiva, sem dimensão afetiva.
- e) uma habilidade oposta à escuta.

7. A redescoberta da oralidade, segundo o texto, implicou

- a) a ruptura definitiva com os meios impressos.
- b) o retorno a práticas de oralidade espontânea.
- c) a combinação produtiva entre fala e escrita.
- d) a rejeição das tradições narrativas populares.
- e) a substituição da leitura silenciosa por leitura coletiva.

8. A fala das mulheres — “se não sabiam ler, podiam contar” — revela

- a) ironia diante da pesquisa conduzida por Seoane.
- b) rejeição ao aprendizado formal da leitura.
- c) valorização da oralidade como forma legítima de expressão cultural.
- d) dependência da leitura para validar a narração.
- e) descrença na utilidade da alfabetização.

9. O surgimento do desejo de ler entre as participantes evidencia que

- a) a experiência estética com a oralidade pode despertar o interesse pela leitura.
- b) o contato com o texto escrito é condição prévia para a narração oral.
- c) o aprendizado formal é o único caminho para a alfabetização.
- d) o prazer de contar histórias enfraquece com o hábito da leitura.
- e) a leitura só se desenvolve a partir de exigência institucional.

10. A tese central do texto pode ser sintetizada na ideia de que

- a) a oralidade é um estágio inicial superado pela escrita.
- b) voz e livro se complementam como formas integradas de construção cultural.
- c) a leitura moderna independe totalmente da escuta.
- d) a escrita é superior à narrativa oral.
- e) o resgate da oralidade ameaça a cultura escrita.

11. Assinale a alternativa que apresenta uma quebra de coerência textual.

- a) Chegou cedo ao trabalho, mas esqueceu o crachá em casa.
- b) Embora fosse alérgico a frutos do mar, comeu camarão.
- c) Gosta muito de ler, porém detesta livros.
- d) Saiu apressado, pois estava atrasado para a reunião.
- e) Não estudou, portanto foi mal na prova.

12. Em um texto dissertativo-argumentativo, a tese é o elemento que

- a) apresenta fatos e dados comprobatórios.
- b) resume a conclusão do raciocínio.
- c) formula a posição central do autor.
- d) ilustra a ideia principal com exemplos.
- e) cria um efeito de suspense para o leitor.

13. O uso do pronome “o” em “Comprei um livro, e já o terminei” exemplifica

- a) anáfora.
- b) catáfora.
- c) elipse.
- d) pleonismo.
- e) aposto.

14. O argumento por exemplificação está presente em:

- a) “A leitura é fundamental, pois desenvolve a imaginação e o raciocínio.”
- b) “A leitura é importante; ela melhora, dentre outros aspectos, a escrita.”
- c) “A leitura é necessária, embora pouco praticada.”
- d) “A leitura é um hábito, e o hábito se constrói com tempo.”
- e) “A leitura é essencial, porque amplia o vocabulário.”

15. Em “Ele é um poço de paciência”, ocorre

- a) comparação.
- b) metáfora.
- c) antonímia.
- d) hipérbole.
- e) metonímia.

16. A expressão “um frio de rachar” apresenta sentido de

- a) intensidade.
- b) comparação.
- c) ironia.
- d) eufemismo.
- e) contraste.

17. Em “Os alunos que estudam vencem”, a oração “que estudam” exerce função de

- a) substantivo
- b) advérbio
- c) adjetivo
- d) aposto
- e) vocativo

18. Assinale a alternativa em que há quebra da progressão temática.

- a) O problema do lixo urbano cresce, e as soluções ainda são poucas.
- b) A coleta seletiva contribui para o reaproveitamento de materiais.
- c) A reciclagem gera empregos e renda para diversas famílias.
- d) Os aterros sanitários, por sua vez, são alternativas sustentáveis.
- e) Os aterros sanitários, por sua vez, são alternativas, mas não tratam do lixo urbano.

19. A conjunção “embora” em “Embora tenha estudado, não passou no concurso” introduz uma oração de valor

- a) temporal.
- b) concessivo.
- c) causal.
- d) condicional.
- e) explicativo.

20. Assinale a alternativa que apresenta mecanismo de coesão por substituição lexical.

- a) João comprou um livro e leu-o em dois dias.
- b) João comprou um livro e o leu em dois dias.
- c) João comprou um livro e a obra lhe agradou muito.
- d) João comprou um livro e gostou dele.
- e) João comprou um livro, pois adora ler.

21. O termo “banco” em “Sentei no banco da praça” e “Trabalho em um banco” exemplifica

- a) homonímia.
- b) sinonímia.
- c) hiponímia.
- d) antonímia.
- e) hiperonímia

22. Na frase “Quando eu estudava, trabalhava também”, o tempo verbal indica

- a) ação pontual e futura.
- b) habitualidade no passado.
- c) simultaneidade no futuro.
- d) ação hipotética.
- e) anterioridade absoluta.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO ÉTICA E LEGISLAÇÃO TRIBUNAL

Tiago Zanolla

23. Ricardo, analista do TJ-RS, foi designado para atuar em processo administrativo em que figura como parte o escritório de advocacia Beta & Associados. Ricardo mantém relação profissional eventual com o sócio majoritário desse escritório, Dr. Paulo, a quem presta consultoria em direito previdenciário há 3 anos, recebendo honorários mensais. Dr. Paulo não atua pessoalmente no processo administrativo em questão, que é conduzido por advogado associado.

À luz do Código de Ética, Ricardo deve

- a) declarar impedimento, pois mantém vínculo profissional atual com sócio da sociedade interessada no processo.
- b) não declarar impedimento, pois o vínculo é com pessoa física (Dr. Paulo), não com a sociedade empresária (escritório Beta).
- c) declarar suspeição, não impedimento, pois Dr. Paulo não atua pessoalmente no processo, afastando comprometimento direto da imparcialidade.
- d) declarar impedimento, pois a remuneração mensal configura relação equiparável a parentesco por dependência econômica.
- e) não declarar impedimento, pois o vínculo profissional com Dr. Paulo é em área diversa (previdenciário) da matéria objeto do processo administrativo.

24. Adriana, servidora efetiva do TJ-RS, teve ciência pessoal de decisão administrativa que indeferiu sua solicitação de remoção por motivo de saúde. Diante da negativa, ela pretende exercer seu direito de petição. Considerando a Lei nº 10.098/1994, assinale a alternativa correta quanto ao prazo para interposição do pedido de reconsideração:

- a) 15 dias contados da publicação da decisão.
- b) 30 dias contados da ciência pessoal da decisão.
- c) 60 dias contados da data de publicação oficial.
- d) 90 dias contados da data do protocolo da decisão.
- e) 120 dias contados da ciência do servidor.

25. Durante o planejamento de correições ordinárias na primeira instância, o TJ-RS determinou que todas as diretrizes e planos fossem previamente analisados pelo órgão competente da estrutura judicial. De acordo com a Lei nº 7.356/1980, essa atribuição compete:

- a) à Corregedoria-Geral de Justiça, exclusivamente.
- b) ao Conselho da Magistratura, como órgão de planejamento da organização e administração judiciária.
- c) ao Tribunal Pleno, por tratar-se de função de organização interna.
- d) às Câmaras de Férias, durante o recesso.
- e) ao Grupo de Câmaras Cíveis, mediante delegação da Presidência.

26. Durante a organização dos processos que seriam distribuídos às Turmas de Julgamento do TJ-RS, a Coordenadoria Processual identificou um agravo de instrumento envolvendo responsabilidade civil extracontratual por suposta falha na prestação de serviço público essencial, inicialmente vinculado ao 5º Grupo Cível. Diante da dúvida sobre a natureza pública ou privada da lide, o processo foi remetido à supervisão do Regimento Interno.

Com base no Regimento Interno, é correto afirmar que a competência para julgar esse recurso, salvo redistribuição excepcional, caberá:

- a) à Segunda Turma, por se tratar de matéria relativa ao Direito Público oriunda do 5º Grupo Cível.
- b) à Quarta Turma, dado que se trata de relação contratual e bancária do 5º Grupo Cível.
- c) à Terceira Turma, cuja competência abrange responsabilidade civil extracontratual dos Grupos 3º e 5º.
- d) à Quinta Turma, por tratar-se de matéria de Direito Privado não prevista em outros incisos.
- e) à Primeira Turma, pois o 5º Grupo Cível não é expressamente mencionado no Regimento.

27. Durante auditoria interna no TJ-RS, foram verificadas práticas distintas entre órgãos fracionários no agendamento e forma de realização das sessões judiciais. Uma Câmara Cível alegou que não estava realizando sessões mensais por ausência de demanda. Já um Grupo de Câmaras estava realizando sessões exclusivamente virtuais, sem gravação nem notas taquigráficas. Por fim, o Órgão Especial publicou convocação extraordinária sem especificar os assuntos da pauta.

Considerando o regramento previsto no Regimento Interno, é correto afirmar que:

- a) As Câmaras estão obrigadas à realização de ao menos uma sessão mensal, independentemente da demanda de processos.
- b) Os Grupos de Câmaras estão impedidos de realizar sessões exclusivamente virtuais, salvo em caso de força maior.
- c) A ausência de gravação torna obrigatória a transcrição taquigráfica, salvo em sessões telepresenciais.
- d) O Órgão Especial pode convocar sessões extraordinárias sem pauta definida, inclusive para deliberar sobre matérias judiciais urgentes.
- e) A gravação audiovisual de sessões substitui as notas taquigráficas mesmo quando realizada apenas parcialmente.

28. Durante sessão de auditoria interna no TJ-RS, verificou-se que um processo de apelação cível foi incluído unilateralmente pelo Relator em sessão virtual de julgamento com duração de cinco dias úteis. Um dos membros do colegiado discordou da forma virtual, e o Ministério Público, por sua vez, peticionou no prazo legal solicitando sustentação oral. Entretanto, o Relator não disponibilizou relatório e voto ao colegiado antes da abertura da sessão. Considerando o Regimento Interno do TJ-RS, é correto afirmar que:

- a) A sessão virtual deveria ser imediatamente suspensa por exceder o prazo legal de três dias úteis.
- b) O magistrado dissidente poderia retirar o processo da pauta, mas apenas com a concordância do Presidente do TJ-RS.
- c) O pedido do Ministério Público deveria ser desconsiderado, pois a sustentação oral só é admitida em sessões presenciais.
- d) A ausência de disponibilização do relatório e do voto acarreta a retirada do processo da pauta.
- e) A ausência de relatório e voto não impede o julgamento virtual, desde que o relator os junte até o encerramento da sessão.

- c) Para a LBI a curatela é medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.
- d) A curatela das pessoas com deficiência é regra geral e abrange todos os atos da vida civil.
- e) A LBI não trata da capacidade civil, restringindo-se a normas de acessibilidade.

30. Janice, deficiente auditiva, não consegue acessar informações no site do seu banco. Mário, deficiente físico, usa cadeiras de roda e não consegue acessar o estádio para assistir um show por falta de rampas de acesso. Tais situações hipotéticas tratam de, respectivamente, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei 10.098/2000, tratam-se de barreiras:

- a) Atitudinais e Arquitetônicas
- b) Tecnológicas e Urbanística
- c) Comunicação e Informação e Arquitetônicas
- d) Tecnológicas e Atitudinais
- e) Comunicação e Informação e Urbanística

31. Com base nas alterações trazidas pela Lei nº 14.532/2023, que equiparou a injúria racial ao crime de racismo, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- a) O crime de injúria racial, previsto no art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989, é de ação penal privada e admite fiança.
- b) O crime de injúria racial passou a ser considerado imprescritível e inafiançável, assim como os crimes de racismo.
- c) A prática de injúria racial cometida em redes sociais tem pena reduzida, em razão da livre manifestação do pensamento.
- d) Se o crime de injúria racial for cometido no contexto de descontração ou diversão, a pena será reduzida de um terço à metade.
- e) A pena do crime de racismo é agravada apenas quando houver violência física contra a vítima.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

29. Nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), assinale a alternativa correta:

- a) A deficiência mental e intelectual restringe plena capacidade civil da pessoa, especialmente quanto ao exercício de direitos sexuais, reprodutivos e familiares, devendo aquela ser assistida nos atos da vida civil.
- b) A pessoa com deficiência mental grave somente pode casar-se ou constituir união estável mediante autorização judicial ou parental.

32. De acordo com a Resolução CNJ n.º 401/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A Resolução obriga apenas adaptações arquitetônicas nos prédios do Poder Judiciário para garantir acessibilidade, não abrangendo os sistemas de comunicação e informação.
- b) A Resolução estabelece que cada órgão do Poder Judiciário deve contar com pelo menos 10% de servidores capacitados em Libras.
- c) São consideradas “barreiras” para a pessoa com deficiência os obstáculos atitudinais, arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e outras que impeçam ou dificultem sua participação plena na sociedade.
- d) A Resolução só se aplica aos tribunais de segunda instância e não alcança os fóruns judiciais de primeiro grau.
- e) É facultado aos órgãos do Poder Judiciário deixar de adequar os portais eletrônicos caso aleguem insuficiência orçamentária, desde que apresentem plano de adaptação para os próximos cinco anos.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E IA - ITENS 1 A 6

Renato Da Costa

33. Os formatos de arquivo são utilizados para identificar o tipo de conteúdo armazenado e o programa capaz de abri-lo. Observe a lista a seguir:

.xlsx, .png, .jpg, .pdf, .gif

Com base nos formatos apresentados, quantos deles correspondem a arquivos de imagem?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

34. Durante uma pesquisa acadêmica, um usuário deseja localizar exclusivamente apresentações em PowerPoint sobre o tema “Inteligência Artificial na Educação” disponíveis na internet. Para isso, decide utilizar os operadores avançados do Google, de modo a restringir os resultados apenas a arquivos no formato de apresentação.

Considerando o uso correto dos operadores de pesquisa do Google, qual comando atenderia a esse objetivo?

- a) “Inteligência Artificial na Educação” ext:pptx
- b) filetype:ppt “Inteligência Artificial na Educação”
- c) format:pptx Inteligência Artificial na Educação
- d) type:ppt Inteligência Artificial na Educação
- e) Inteligência Artificial na Educação -filetype:ppt

35. Em uma planilha do Microsoft Excel, o professor inseriu na célula C2 a seguinte fórmula:

=A2*B\$1

Em seguida, ele copiou essa fórmula e a colou na célula D3.

Com base nas regras de referência relativa e mista do Excel, qual será a fórmula exibida em D3 após a colagem?

- a) =A3*C\$1
- b) =A2*C\$1
- c) =A3*B\$1
- d) =A\$2*C1
- e) =A\$2*B\$1

36. Analise as afirmativas a seguir sobre recursos avançados do Microsoft Word:

- I. O recurso de referência cruzada permite criar links dinâmicos entre legendas, títulos ou números de página.
- II. A mala direta possibilita a fusão de um documento principal do Word com uma base de dados externa, como uma planilha do Excel, gerando documentos personalizados para cada destinatário.
- III. O controle de alterações deve ser ativado antes de qualquer edição; caso contrário, as alterações realizadas anteriormente são apagadas permanentemente.
- IV. Após concluir a mala direta, o Word gera apenas um único documento genérico, sem individualização de correspondências.

Com base nessas informações, estão corretas apenas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

37. Analise as afirmativas a seguir sobre atalhos do sistema operacional Windows 11, que utilizam a tecla Windows:

- I. O atalho Windows + D exibe ou oculta rapidamente a área de trabalho, minimizando todas as janelas abertas.
- II. O atalho Windows + E abre o Explorador de Arquivos do Windows.
- III. O atalho Windows + L bloqueia o computador, exigindo autenticação do usuário para retornar à sessão.
- IV. O atalho Windows + Tab exibe o modo de exibição de tarefas, permitindo alternar entre áreas de trabalho virtuais e janelas abertas.
- V. O atalho Windows + R ativa o Executar (Run), usado para abrir programas ou pastas digitando seus comandos.

Com base nas informações apresentadas, quantas afirmativas estão corretas?

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 1

38. A barra de tarefas do Windows 11 passou por mudanças em relação às versões anteriores, oferecendo novos recursos de produtividade e visual mais limpo.

Analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível alterar a posição da barra de tarefas para os quatro lados da tela, como nas versões anteriores do Windows.
- II. O ícone de pesquisa na barra de tarefas pode ser ocultado ou exibido conforme a preferência do usuário.
- III. Ao clicar com o botão direito do mouse em um aplicativo aberto na barra de tarefas, o usuário pode fixar o programa para uso futuro.
- IV. A área à direita da barra de tarefas, próxima ao relógio, é chamada de área de notificação ou bandeja do sistema, e exibe ícones como rede, som e bateria.
- V. O atalho Windows + número (1 a 9) abre o aplicativo correspondente à posição do ícone fixado na barra de tarefas.

Com base nas afirmativas apresentadas, estão corretas apenas:

- a) I e III.
- b) II, III, IV e V.
- c) II, IV e V.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II, III, IV e V.

39. Os padrões IEEE 802.11 definem as especificações para redes locais sem fio (Wi-Fi), estabelecendo faixas de frequência, larguras de banda e taxas máximas de transmissão.

Analise as afirmativas a seguir:

- I. O padrão 802.11b opera exclusivamente na faixa de 2,4 GHz, com taxa máxima teórica de 11 Mbps.
- II. O padrão 802.11a foi lançado antes do 802.11b e opera na frequência de 5 GHz, oferecendo velocidade superior, de até 54 Mbps.
- III. O padrão 802.11g combina compatibilidade com dispositivos 802.11b e maior velocidade, alcançando 54 Mbps também na faixa de 2,4 GHz.
- IV. O padrão 802.11n introduziu a tecnologia MIMO (Multiple Input, Multiple Output), permitindo velocidades de até 600 Mbps, operando tanto em 2,4 GHz quanto em 5 GHz.
- V. O padrão 802.11ac, também conhecido como Wi-Fi 5, trouxe suporte apenas à faixa de 2,4 GHz, priorizando compatibilidade com versões anteriores.

Com base nas afirmativas apresentadas, estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, III e V.
- e) I, II e IV.

40. O armazenamento de dados em nuvem tornou-se uma prática essencial em ambientes corporativos e pessoais, permitindo o acesso remoto e o compartilhamento de informações por meio da internet.

Analise as afirmativas a seguir:

- I. Serviços como OneDrive, Google Drive e Dropbox permitem o acesso sincronizado a arquivos em diferentes dispositivos, mantendo cópias locais atualizadas automaticamente.
- II. No modelo de nuvem, os arquivos são armazenados exclusivamente em servidores locais do usuário, garantindo maior sigilo e menor latência.
- III. O acesso offline a arquivos da nuvem é possível em alguns serviços, desde que as pastas estejam configuradas para sincronização local.
- IV. A principal vantagem do armazenamento em nuvem é a centralização dos dados, o que elimina completamente a necessidade de políticas de segurança da informação.
- V. Em planos corporativos, é comum o uso de autenticação multifator (MFA) e controle de permissões para proteger os arquivos armazenados.

Com base nas afirmativas apresentadas, estão corretas apenas:

- a) I, III e V.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) III, IV e V.
- e) I, II, IV e V.

**NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E IA - ITENS
7 A 11***Raphael Lacerda*

41. Sobre ransomware e medidas de proteção contra esse tipo de ameaça cibernética, é correto afirmar que:

- a) O ransomware é um tipo de malware que apenas monitora atividades do usuário sem causar danos diretos.
- b) A criptografia de arquivos pelo ransomware pode ser facilmente revertida sem o pagamento do resgate.
- c) Backups regulares e atualizados, armazenados offline ou em locais isolados, são uma das principais defesas contra ransomware.
- d) O ransomware só pode infectar computadores através de anexos de e-mail maliciosos.
- e) Sistemas operacionais atualizados são imunes a ataques de ransomware.

42. Em relação aos conceitos fundamentais de Inteligência Artificial e Machine Learning, analise as seguintes afirmações:

- I. O aprendizado supervisionado requer um conjunto de dados rotulados para treinar o modelo.
- II. Algoritmos de clustering são exemplos típicos de aprendizado não supervisionado.
- III. O overfitting ocorre quando um modelo se adapta excessivamente aos dados de treinamento.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

43. Sobre Inteligência Artificial Generativa e sua aplicação no Poder Judiciário, especialmente para elaboração de textos com segurança jurídica, é correto afirmar que:

- a) A IA generativa produz textos juridicamente precisos sem necessidade de revisão humana especializada.
- b) Os modelos de linguagem generativa podem ser utilizados como ferramentas auxiliares na redação de documentos, desde que supervisionados por profissionais qualificados.
- c) A IA generativa substitui a necessidade de conhecimento jurídico especializado na elaboração de peças processuais.
- d) Os textos gerados por IA têm valor probatório automático e dispensam verificação de fontes e precedentes.
- e) A utilização de IA generativa no Judiciário é incompatível com os princípios de transparência e accountability.

44. Segundo o artigo 2º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), são fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais:

- a) O respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, a livre iniciativa e a supremacia do interesse público sobre o privado.
- b) A autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, os direitos humanos e a livre concorrência.
- c) O respeito à privacidade, a inviolabilidade da intimidade, o desenvolvimento econômico e tecnológico e a defesa do consumidor.
- d) A liberdade de expressão, a dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa e a prevalência dos direitos coletivos.
- e) A autodeterminação informativa, os direitos humanos, a defesa do consumidor e a soberania nacional digital.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ITENS
1 A 3***Celso Natale*

45. Em determinado ano, um país apresentou crescimento de 3,2% no Produto Interno Bruto (PIB) real, inflação anual de 6,5% e elevação da taxa básica de juros de 9% para 11% ao ano. Considerando esses dados e o impacto sobre o orçamento e o planejamento público, a interpretação mais adequada é que:

- a) o aumento do PIB real e dos juros favorece a redução da carga tributária e o equilíbrio fiscal.
- b) o crescimento do PIB, aliado à inflação em alta, tende a ampliar a arrecadação nominal, mas o aumento dos juros eleva o custo do endividamento público.
- c) a elevação dos juros e da inflação contribui simultaneamente para estimular o investimento produtivo e reduzir o déficit público.
- d) o crescimento real do PIB elimina a necessidade de planejamento fiscal e de controle das despesas correntes.
- e) a inflação elevada e o crescimento econômico indicam uma redução do gasto público em termos reais.

46. De acordo com o modelo keynesiano, em uma economia com elevado desemprego e capacidade ociosa, o governo decide aumentar seus gastos públicos para impulsionar o crescimento do PIB. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) o aumento dos gastos públicos reduz a demanda agregada, desestimulando o investimento privado.
- b) a elevação do gasto público tende a aumentar o produto e o emprego no curto prazo, via multiplicador keynesiano.
- c) a expansão fiscal não altera o nível de produção, pois os preços se ajustam instantaneamente.

d) o aumento dos gastos públicos reduz o consumo das famílias, por gerar efeito substituição negativo.

e) no modelo keynesiano, a política fiscal é ineficaz, pois o equilíbrio depende da taxa de juros.

47. Observa-se aceleração do M1 (meios de pagamento à vista) sem aumento correspondente do produto, elevando a pressão de demanda. Considerando a reação típica da autoridade monetária, o efeito mais provável é:

- a) elevação da Selic e queda nos preços dos títulos públicos prefixados.
- b) redução da Selic e valorização dos títulos prefixados.
- c) manutenção da Selic e valorização dos títulos prefixados.
- d) elevação da Selic e valorização dos títulos prefixados.
- e) redução da Selic e queda dos títulos prefixados.

48. A implantação de um parque urbano em área central de uma cidade gerou valorização imobiliária e melhoria da qualidade de vida local, sem cobrança direta aos beneficiados. Do ponto de vista da economia do setor público, essa situação caracteriza:

- a) um bem privado com alto custo de exclusão.
- b) uma externalidade negativa associada ao uso de recursos públicos.
- c) um bem público que gera externalidade positiva sobre terceiros.
- d) um recurso comum sujeito à tragédia dos comuns.
- e) uma falha de mercado decorrente de rivalidade excessiva.

49. Julgue os itens a seguir, relativos à tributação e à eficiência econômica, e marque a alternativa correta:

I. Tributos sobre o consumo tendem a ser regressivos, pois representam maior peso proporcional sobre as rendas mais baixas.

II. Impostos progressivos sobre a renda podem reduzir desigualdades, mas geram sempre perda total de eficiência econômica.

III. A eficiência econômica exige que a tributação cause o mínimo possível de distorções nas decisões de produção e consumo.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ITENS 4 A 11

Rodrigo Rennó

Acerca do assunto Processo Decisório, julgue os itens que se seguem.

50. Em meio a uma reestruturação na Secretaria de Planejamento, o novo subsecretário defendeu que as decisões estratégicas deveriam seguir critérios totalmente racionais, baseados em informações completas e objetivos bem definidos, eliminando qualquer influência subjetiva. O corpo técnico contestou a visão do gestor, argumentando que o ambiente organizacional envolve incertezas, pressões políticas e limitações cognitivas.

Essa divergência expressa o contraste entre:

- a) O modelo de decisão analítica e o modelo de decisão normativa, que se distinguem pela metodologia adotada.
- b) A decisão estratégica e a decisão operacional, que diferem apenas pelo nível hierárquico em que são tomadas.

c) A abordagem clássica de racionalidade plena e o modelo da racionalidade limitada, que reconhece restrições cognitivas e informacionais no processo decisório.

d) A decisão sob risco e a decisão sob incerteza, conforme o grau de previsibilidade do ambiente.

e) A abordagem incremental e a abordagem intuitiva, que se opõem pela centralização do processo decisório.

51. Durante a execução de um programa de modernização tecnológica, a equipe de compras de uma autarquia federal foi pressionada a reduzir custos e prazos na contratação de fornecedores.

Diante da urgência e da escassez de informações, os gestores decidiram substituir o fornecedor principal por outro com proposta mais barata, sem consultar dados históricos de qualidade ou avaliar o impacto logístico da mudança.

Meses depois, verificou-se que o novo fornecedor apresentava alto índice de falhas, comprometendo a execução do programa.

Sob a ótica das teorias da decisão, o comportamento adotado pela equipe revela:

- a) O uso de heurísticas — atalhos cognitivos e julgamentos simplificados — típicos de decisões tomadas sob pressão e em contextos de racionalidade limitada.
- b) A aplicação do modelo racional-compreensivo, baseado na análise completa das alternativas e das consequências.
- c) Uma decisão programada, orientada por regras previamente definidas e amparadas em experiência institucional consolidada.
- d) Um processo de decisão incremental, caracterizado pela adoção de pequenas mudanças graduais e deliberadas ao longo do tempo.
- e) A adoção do modelo político de decisão, no qual a escolha resulta de negociações e acordos entre grupos de interesse.

Acerca do assunto Gestão por Competências, julgue os itens que se seguem.

52. Durante um processo de revisão de seu planejamento estratégico, uma agência pública de inovação tecnológica buscou identificar os elementos que garantiam sua vantagem comparativa frente a outros órgãos do governo.

O grupo de trabalho concluiu que a capacidade da equipe de integrar conhecimento científico com visão empreendedora e foco em resultados para o cidadão era o principal diferencial competitivo da instituição.

Com base nesse diagnóstico, a alta administração determinou que o sistema de capacitação e de reconhecimento de desempenho passasse a priorizar o fortalecimento desse conjunto de habilidades.

À luz do modelo de gestão por competências, o conjunto de competências destacado pela agência corresponde a:

- a) Competências essenciais ou distintivas, pois geram vantagem competitiva sustentável, estão diretamente vinculadas à missão institucional e são difíceis de replicar por outras organizações.
- b) Competências funcionais, relacionadas à execução técnica de tarefas específicas de cada área de atuação.
- c) Competências adaptativas, voltadas à resposta rápida a mudanças conjunturais e à reconfiguração de processos.
- d) Competências transversais, compartilhadas entre todos os servidores e aplicáveis em qualquer contexto organizacional.
- e) Competências complementares, que reforçam o desempenho de grupos específicos sem impacto estratégico direto.

53. Com o objetivo de compreender quais competências determinam o desempenho institucional, a Secretaria de Planejamento de um Estado realizou entrevistas estruturadas com gestores, analisou descrições de cargos e identificou lacunas entre o perfil atual e o desejado das equipes.

De acordo com o modelo de gestão por competências, o procedimento descrito corresponde à etapa de:

- a) Captação de competências, que busca o preenchimento das lacunas de pessoal por meio de processos de recrutamento e seleção.
- b) Desenvolvimento de competências, responsável pela criação de programas de capacitação e fortalecimento dos conhecimentos técnicos identificados.
- c) Planejamento estratégico de pessoas, etapa voltada à definição de metas e indicadores institucionais de desempenho coletivo.
- d) Avaliação de desempenho, destinada à mensuração das entregas individuais e de seu impacto sobre os resultados organizacionais.
- e) Mapeamento de competências, que visa identificar, descrever e classificar as competências existentes e as requeridas, servindo de base para todas as demais práticas de gestão de pessoas.

54. Na implantação da gestão por competências em uma empresa pública de serviços, a Diretoria de Recursos Humanos decidiu concentrar os esforços de capacitação em cursos de atualização técnica, priorizando o domínio de softwares, legislações e procedimentos operacionais.

Embora os indicadores de produtividade tenham melhorado no curto prazo, a organização passou a enfrentar dificuldades de cooperação entre áreas, aumento de retrabalho e queda na inovação.

À luz do modelo de gestão por competências, a situação descrita evidencia que:

- a) A ausência de programas de certificação profissional impede a consolidação de competências essenciais.
- b) A ênfase exclusiva na dimensão técnica, sem o desenvolvimento das competências conceituais e comportamentais, compromete a integração organizacional e a capacidade de inovação.
- c) O foco em competências técnicas deve preceder o desenvolvimento comportamental em contextos burocráticos.
- d) A priorização da produtividade reflete o alinhamento adequado entre competências individuais e metas institucionais.
- e) O problema decorre da falta de indicadores objetivos de desempenho técnico nas áreas operacionais.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - ITENS 1 A 10

Gabriela Zavadinack

55. A adoção de diferentes técnicas orçamentárias reflete distintas formas de planejar, executar e controlar o gasto público. Nesse sentido, considere as seguintes assertivas:

- I. O orçamento tradicional tem como principal característica o controle dos meios, sendo centrado nos itens de despesa e na legalidade.
- II. O orçamento de desempenho introduz o conceito de vinculação entre recursos e resultados.
- III. O orçamento-programa estabelece a correlação entre objetivos, programas e ações governamentais, sendo amplamente utilizado no Brasil.
- IV. O orçamento base zero parte da revisão total das despesas, exigindo que cada gasto seja justificado integralmente a cada exercício.
- V. O orçamento incremental busca reavaliar cada despesa pública a partir de critérios de custo-benefício, eliminando gastos ineficientes.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
- d) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

56. O ciclo orçamentário é o conjunto de fases sucessivas e interdependentes que compõem o processo de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento público. Sobre a temática, e com base no disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A elaboração dos projetos de Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias é de competência do Poder Executivo, enquanto o projeto de Lei Orçamentária Anual deve ser elaborado pelo Poder Legislativo, tendo em vista ser o orçamento propriamente dito.
- b) Os projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual devem ser aprovados por maioria absoluta do Poder Legislativo.
- c) Os recursos transferidos para execução de emendas individuais impositivas integrarão a receita do ente beneficiário para fins de cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo e de endividamento do ente federado.
- d) O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma de duodécimos deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte.
- e) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

57. Os princípios orçamentários são regras que orientam a elaboração, a execução e o controle do orçamento público, assegurando transparência, legalidade e eficiência na gestão fiscal. Com base nos princípios clássicos, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da especificação veda dotações globais, exigindo a discriminação detalhada da despesa pública, de modo a facilitar a função do controle político do gasto público, pois inibe autorizações genéricas, com finalidade aberta, e que propiciam demasiada flexibilidade e arbítrio ao Poder Executivo.
- b) O princípio da exclusividade impede que a Lei Orçamentária Anual contenha dispositivos estranhos à previsão de receita e à fixação de despesa, salvo autorização para abertura de créditos adicionais e para contratação de operações de crédito.
- c) O princípio da anualidade determina que todas as receitas e despesas sejam executadas dentro do exercício financeiro, o que impede a inscrição de despesas como restos a pagar.
- d) O princípio da unidade exige que cada órgão ou entidade elabore seu próprio orçamento, de forma independente, para garantir maior autonomia administrativa.
- e) O princípio da não afetação das receitas veda qualquer vinculação de impostos, sem exceções, de modo a assegurar liberdade total na destinação dos recursos arrecadados.

58. O planejamento orçamentário brasileiro é estruturado em três instrumentos complementares: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Com base em suas finalidades e inter-relações, assinale a alternativa correta.

- a) A LDO orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) A LDO estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, orientando a elaboração do LOA e compatibilizando-a com o PPA.
- c) A LOA define os programas e objetivos de médio prazo da ação governamental, devendo vigorar pelo mesmo período do mandato presidencial.
- d) O PPA é elaborado anualmente e define, de forma detalhada, as despesas e receitas do governo para o exercício financeiro subsequente.
- e) O PPA tem vigência anual, iniciando-se no primeiro ano do mandato presidencial e encerrando-se no último, coincidindo com a vigência da LOA

59. A correta classificação das receitas e despesas públicas é essencial para a transparência e o controle fiscal. A respeito dessas classificações, assinale a alternativa correta.

- a) As receitas correntes compreendem apenas as receitas tributárias e de contribuições, excluídas as receitas patrimoniais e industriais, as quais ampliam o patrimônio público.
- b) As despesas correntes destinam-se à manutenção e funcionamento dos serviços públicos, enquanto as despesas de capital se relacionam à formação ou aquisição de novos bens e investimentos.
- c) Na classificação por natureza da receita, o dígito relativo à “espécie” faz o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a

procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

- d) A classificação econômica da receita e da despesa pública tem natureza facultativa, sendo definida apenas em normas infralegais editadas pelo Ministério da Fazenda.
- e) As inversões financeiras são despesas correntes, pois não alteram o patrimônio permanente do ente público.

60. Durante o exercício financeiro de 2025, o Município de Porto Alegre detectou a necessidade de reformar com urgência o telhado do hospital municipal, danificado por fortes chuvas inesperadas. A despesa não estava prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA). Para custear o reparo, o prefeito decidiu abrir crédito adicional, utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta quanto ao tipo de crédito adicional e sua natureza.

- a) Trata-se de crédito suplementar, uma vez que visa reforçar dotação existente, e sua abertura depende apenas de decreto do Executivo.
- b) Trata-se de crédito especial, pois cria dotação nova para atender despesa não prevista na LOA, podendo ser aberto por decreto com autorização legislativa prévia.
- c) Trata-se de crédito extraordinário, por se destinar a atender situação imprevisível e urgente, bastando a edição de decreto pelo Poder Executivo.
- d) Trata-se de crédito suplementar, que pode ser aberto por decreto e dispensará autorização legislativa em razão da urgência comprovada.
- e) Trata-se de crédito especial, cuja abertura dispensa autorização legislativa se a fonte for superávit financeiro.

61. O prefeito do Município de Aurora encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei criando novos cargos efetivos de enfermeiros e médicos, com impacto permanente na folha de pagamento do município. O projeto foi aprovado com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, mas sem a demonstração da origem dos recursos para custear as novas despesas. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a situação descrita:

- a) É regular, pois basta que a despesa esteja instruída com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e seja incluída na próxima Lei Orçamentária Anual.
- b) Está de acordo com o art. 16 da LRF, que trata da criação de despesa de caráter geral, e não requer demonstração de origem de recursos.
- c) Pode ser convalidada por decreto do Executivo, desde que o Tribunal de Contas seja comunicado.
- d) Será regular se houver demonstração de como os efeitos da nova despesa serão compensados.
- e) Viola o art. 17 da LRF, que exige, entre outros requisitos, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a demonstração da origem dos recursos para despesas obrigatórias de caráter continuado.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - ITEM 11

Guilherme Sant'Anna

62. Julgue os itens a seguir:

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pela Controladoria Geral da União, mediante controle interno.

II. A auditoria de avaliação de programas é aquela que, dentre outros, examina relatórios de acompanhamento produzidos com vistas à avaliação dos resultados alcançados e à eficiência dos gestores das políticas públicas.

III. O objeto de uma auditoria de conformidade é delimitado pelo escopo da auditoria, podendo ser atividades, transações financeiras ou informações.

Estão corretos:

- a) Item I, apenas
- b) Item II, apenas
- c) Item III, apenas
- d) Itens I e III
- e) Itens II e III

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - ITEM 12

Gilmar Possati

63. O Município Audazes dos Pampas, ao final do exercício financeiro de X1, realizou o lançamento do IPTU referente àquele ano, notificando todos os contribuintes. Um desses contribuintes, contudo, efetuou o pagamento do tributo apenas em janeiro de X2. De acordo com o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, a receita orçamentária decorrente deste pagamento pertence:

- a) Ao exercício financeiro de X2, pois o regime orçamentário da receita é o de caixa.
- b) Ao exercício financeiro de X1, pois o fato gerador do tributo ocorreu em X1.
- c) Ao exercício financeiro de X1, pois o lançamento do tributo ocorreu em X1.
- d) A ambos os exercícios (X1 e X2), devendo ser apropriada proporcionalmente, conforme o princípio da competência.
- e) Ao exercício financeiro de X1, devendo o valor ser registrado como "Restos a Arrecadar" para controle da entrada futura no caixa de X2.

64. Nos termos do art. 39 da Lei nº 4.320/1964, a Dívida Ativa da Fazenda Pública é composta por créditos de natureza tributária e não tributária. Sobre a sua composição e tratamento, assinale a alternativa correta:

- a) A Dívida Ativa não Tributária abrange créditos diversos como os provenientes de aluguéis, taxas de ocupação, indenizações e reposições, enquanto a Dívida Ativa Tributária se refere exclusivamente a créditos provenientes de obrigações legais relativas a tributos, seus adicionais e multas.
- b) Todos os créditos da Fazenda Pública não pagos no exercício, incluindo os decorrentes de contratos e fianças, são considerados Dívida Ativa Tributária para fins de controle e cobrança.
- c) A inscrição de um crédito como Dívida Ativa, seja tributária ou não, ocorre obrigatoriamente apenas após o trânsito em julgado de ação judicial de cobrança.
- d) Créditos provenientes de multas e adicionais sobre tributos não são considerados parte da Dívida Ativa Tributária, sendo classificados como Dívida Ativa não Tributária para fins de escrituração.
- e) Uma vez inscrito em Dívida Ativa, o crédito da Fazenda Pública torna-se imprescritível, conferindo ao ente público o direito de cobrá-lo a qualquer tempo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

65. Após a tramitação regular da ação penal, com garantia do contraditório e da ampla defesa, transitou em julgado a sentença que condenou Renato pela prática de crime. A pena privativa de liberdade imposta foi integralmente substituída por pena restritiva de direitos. Considerando a disciplina constitucional dos direitos políticos e segundo a jurisprudência do STF, durante o período em que Renato estiver cumprindo a prestação de serviços, é correto afirmar que ele:

- a) encontra-se automaticamente impedido de exercer qualquer função pública;
- b) mantém a possibilidade de ajuizar ação popular;
- c) pode apenas ser considerado inelegível com base em legislação infraconstitucional, sem sofrer suspensão de direitos políticos;
- d) pode ser nomeado e tomar posse em cargo público, se aprovado em concurso, desde que preenchidos os demais requisitos legais;
- e) pode praticar livremente todos os atos que exigem o pleno gozo da condição de cidadão, sem qualquer restrição.

66. Em ação judicial que discutia a validade de determinado benefício criado pela Lei nº 248/2015, questionou-se a sua compatibilidade com o Art. 9º da Emenda Constitucional nº 110/2020, dispositivo de natureza programática e classificado como norma de eficácia limitada. Esse artigo constitucional, posterior à Lei nº 248/2015, estabelecia novo parâmetro sobre a destinação de recursos públicos, em sentido incompatível com o conteúdo da legislação infraconstitucional.

Diante desse quadro, o órgão jurisdicional competente concluiu, acertadamente, que:

- a) por possuir caráter meramente programático, o Art. 9º somente pode ser confrontado com normas constitucionais de igual hierarquia e natureza.
- b) ainda que dependa de regulamentação para produzir todos os seus efeitos, o Art. 9º da EC nº 110/2020 afastou a validade da Lei nº 248/2015, que com ele é incompatível.
- c) a revogação ou não da Lei nº 248/2015 deverá ser definida apenas após a edição da lei que venha a regulamentar o Art. 9º da EC nº 110/2020.
- d) a eventual incompatibilidade entre o texto constitucional superveniente e a Lei nº 248/2015 só poderia ser examinada em sede de controle abstrato de constitucionalidade.
- e) a existência de norma constitucional de eficácia limitada não compromete, por si só, a plena aplicação da Lei nº 248/2015.

67. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), prevista no art. 102, §1º, da Constituição da República e regulamentada pela Lei nº 9.882/1999, integra o sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade.

À luz dessa disciplina, assinale a alternativa correta.

- a) Na ADPF, não se admite a impugnação de decisões judiciais reiteradas, ainda que consolidem interpretação contrária a preceitos fundamentais.
- b) As normas ou atos anteriores à Constituição Federal de 1988 não podem ser objeto de controle por meio de ADPF.
- c) A decisão de mérito em ADPF é plenamente recorrível por meio de recurso ordinário constitucional.
- d) São legitimados para propor ADPF os mesmos previstos para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- e) A ADPF é inadequada para o controle de inconstitucionalidade por omissão, não podendo ter como objeto condutas omissivas do poder público.

68. Moradores da região leste do Município de Aurora, localizado no Estado Delta, passaram a defender a separação dessa área para criar um novo Município autônomo. Diante da dúvida sobre a viabilidade jurídica dessas pretensões, uma comissão de cidadãos buscou orientação técnica especializada.

Nessa situação, foi corretamente esclarecido que:

- a) a alteração pretendida depende exclusivamente de lei estadual e de plebiscito na região interessada, sendo desnecessária qualquer participação normativa em nível federal.
- b) a incorporação da região leste de Aurora a outro município do Estado Delta é livremente possível, desde que haja maioria simples em consulta popular realizada apenas na área interessada.
- c) o desmembramento de Aurora ou a incorporação de parte de seu território pressupõe,

sucessivamente, estudo de viabilidade municipal e edição de leis municipais específicas aprovadas pelas respectivas Câmaras.

- d) o desmembramento de Aurora exige, nos termos da Constituição, a observância de requisitos que envolvem atos normativos em âmbito federal e estadual, bem como outros pressupostos estabelecidos na ordem constitucional.
- e) qualquer modificação territorial entre Municípios pressupõe autorização do Congresso Nacional, em razão de afetar diretamente a organização da Federação brasileira.

69. No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Delta, o órgão especial reuniu-se na data designada para julgar procedimento administrativo disciplinar instaurado contra a juíza Mariana, acusada da prática de infração funcional. Em razão da natureza disciplinar do feito, o presidente do colegiado determinou que a sessão prosseguisse com portas fechadas, autorizando a permanência apenas da magistrada e de seu advogado. Ao final, com todos os membros presentes, a maioria simples dos integrantes votou pela aplicação de sanção disciplinar, em decisão devidamente fundamentada.

Considerando a disciplina constitucional sobre o tema, é correto afirmar que a situação narrada:

- a) não revela qualquer desconformidade com a Constituição.
- b) apresenta vício apenas quanto à exigência de motivação da decisão.
- c) apresenta vício exclusivamente quanto ao quórum de deliberação adotado.
- d) apresenta vício apenas quanto à determinação de realização da sessão sem acesso ao público.
- e) apresenta vício apenas pelo fato de a sanção disciplinar ter sido aplicada pelo próprio Tribunal ao qual vinculada a magistrada.

70. A Constituição da República de 1988 prevê diversos instrumentos destinados ao controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, conhecidos como remédios constitucionais.

Nessa perspectiva, assinale a alternativa correta:

- a) As ações populares propostas contra atos do Presidente da República lesivos ao patrimônio público devem ser processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) É cabível mandado de segurança contra decisão judicial para a qual exista recurso próprio ou meio de impugnação adequado.
- c) A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede a impetração de mandado de segurança para combater omissão da autoridade administrativa.
- d) A Defensoria Pública possui legitimidade para impetrar habeas data visando à identificação do autor de denúncia em Processo Administrativo Disciplinar.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, originariamente, mandado de injunção quando a norma regulamentadora omitida for de iniciativa de Governador de Estado.

71. Em processo administrativo em curso na Procuradoria-Geral do Estado Alfa, sustentou-se que a interpretação da Constituição deveria adotar a metódica estruturante, compreendendo a norma como resultado da interação entre texto e realidade, a fim de alcançar, em cada caso, justiça.

À luz desses fundamentos teórico-constitucionais, é correto concluir que:

- a) o intérprete desenvolve função predominantemente descritiva, limitando-se a extrair, de modo neutro, o sentido já contido no texto constitucional.
- b) os conflitos valorativos surgidos na interpretação constitucional são resolvidos apenas no plano fático, não alcançando a dimensão linguística da norma.
- c) concepções rigidamente originalistas, baseadas em um fundacionalismo fixador do sentido no momento da promulgação, não devem ser determinantes na condução do processo interpretativo.
- d) a mutação constitucional é consequência necessária da atividade interpretativa, mas não guarda relação com técnicas decisórias como a declaração de nulidade sem redução de texto.
- e) em razão da variabilidade do âmbito de aplicação da norma, esse elemento deve ser afastado da interpretação, para preservação da segurança jurídica.

72. Em meio a intensa articulação política, um grupo de 80 deputados federais apresentou proposta de emenda constitucional destinada a incluir novo direito fundamental no rol do art. 5º da Constituição da República. No mesmo período, parte do território nacional havia sido atingida por grave enchente, gerando calamidade pública regional, o que comprometeu a atuação de diversos parlamentares das áreas afetadas. Ainda assim, a proposta foi regularmente apreciada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em dois turnos de votação, sendo aprovada por mais de 3/5 dos votos em cada Casa. A emenda foi, então, promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, sem participação do Presidente da República, passando a constar como Emenda Constitucional nº 32, ainda durante a vigência da referida situação de calamidade.

À luz da disciplina constitucional do processo legislativo de reforma, é correto afirmar que o procedimento descrito:

- a) não apresentou qualquer vício.
- b) apresentou vício apenas quanto ao objeto da proposta.
- c) apresentou vício apenas quanto à iniciativa da proposta.
- d) apresentou vício apenas quanto ao momento em que a emenda foi promulgada.
- e) apresentou vício apenas quanto à ausência de participação do Presidente da República na promulgação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

73. Suponha que um agente público, ao dirigir um veículo oficial da Administração Pública, no exercício de suas atribuições, cause uma colisão com um veículo particular. Devido ao acidente, a Administração Pública é acionada judicialmente e condenada a indenizar o particular pelos danos causados, configurando uma consequência jurídica. No âmbito da teoria geral do Direito Administrativo e dos conceitos relacionados aos atos administrativos, a colisão causada pelo agente, que gerou o dever de indenizar, é corretamente classificada como:

- a) Ato administrativo de gestão, visto que a atuação ocorreu no exercício da função administrativa, embora sem o uso das prerrogativas de império.
- b) Ato administrativo, que é o gênero que abrange toda e qualquer atividade desempenhada pela Administração Pública.
- c) Ato administrativo, pois gerou um efeito jurídico imediato, qual seja, a obrigação de indenizar o particular.
- d) Ato de direito privado, uma vez que a relação se deu em situação de horizontalidade com o particular, não se enquadrando no regime jurídico administrativo.
- e) Fato administrativo, pois não constituiu uma manifestação de vontade da Administração direcionada a produzir o efeito jurídico, embora o tenha produzido indiretamente.

74. Determinada associação privada sem fins lucrativos deseja obter a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) no âmbito federal. A associação foi constituída há 2 anos e tem como principal objetivo a promoção gratuita do ensino formal para crianças carentes. Com base nos requisitos e impedimentos estabelecidos na Lei nº 9.790/99, assinale a alternativa correta:

- a) A entidade poderá ser qualificada como OSCIP, pois a promoção gratuita da educação é uma das finalidades previstas na lei, desde que a outorga da qualificação seja um ato discricionário da Administração.
- b) A associação não poderá ser qualificada, pois a lei veda a qualificação de escolas privadas dedicadas ao ensino formal, mesmo que gratuito.
- c) O principal impedimento para a qualificação é o tempo de funcionamento da entidade, visto que a lei exige um mínimo de 3 (três) anos de constituição e funcionamento regular.
- d) Se a entidade fosse um sindicato, uma fundação pública ou uma cooperativa, a qualificação seria possível, pois a lei não as elenca como entidades vedadas.
- e) Para ser qualificada, a entidade deve aplicar os eventuais excedentes operacionais na distribuição entre seus sócios e diretores, como bonificações, desde que o objetivo social seja mantido.

75. O Ministro de Estado de um determinado setor da Administração Pública Federal, por conveniência administrativa e em razão de circunstâncias de índole técnica, decide transferir parte de suas atribuições para um Secretário de Estado, que não lhe é hierarquicamente subordinado. Além disso, o Ministro pretende que a decisão do recurso administrativo de um processo de grande relevância seja tomada pelo Secretário. Com base nas disposições da Lei nº 9.784/99 sobre a competência, assinale a alternativa correta:

- a) A competência é irrenunciável e deve ser exercida pelo órgão a que foi atribuída, sendo a delegação possível apenas a órgãos hierarquicamente subordinados.
- b) O Ministro pode delegar parte de sua competência ao Secretário, mas não se admite a delegação da competência para decidir recursos administrativos.
- c) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, desde que o ato de delegação seja revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- d) O Ministro pode, a qualquer tempo, avocar a competência do Secretário, pois a avocação é permitida sempre que a autoridade superior desejar reanalisar o caso.
- e) As decisões adotadas por delegação serão consideradas editadas pela autoridade delegante, sendo opcional a menção explícita no ato.

76. Um Secretário de Estado, investido de suas atribuições, profere um ato de remoção de um servidor de uma unidade para outra. O ato, formalmente correto e dentro da esfera de competência do Secretário, foi praticado, na realidade, com o objetivo único de punir o servidor por ter denunciado irregularidades internas, e não para adequar a distribuição de pessoal nas unidades. Em um segundo caso, um Coordenador da mesma Secretaria aplica uma penalidade de suspensão a um servidor, excedendo a alçada máxima de penalidades que sua competência permitia. Com base na classificação doutrinária do abuso de poder, as condutas praticadas pelo Secretário e pelo Coordenador configuram, respectivamente:

- a) desvio de poder (ou desvio de finalidade) e excesso de poder.
- b) excesso de poder e desvio de poder (ou desvio de finalidade).
- c) conduta omissiva e conduta comissiva.
- d) abuso de poder e ilegalidade.
- e) desvio de poder (ou desvio de finalidade) em relação à finalidade mediata e excesso de poder.

77. A empresa "X Construções", uma sociedade empresária, praticou atos lesivos contra a Administração Pública Federal em seu exclusivo benefício. Posteriormente, a "X Construções" foi incorporada pela empresa "Y Engenharia". Com base na Lei nº 12.846/2013, sobre a responsabilização da pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) A "Y Engenharia" (sucessora) responderá integralmente pela prática de todos os atos lesivos e pelas sanções, exceto no caso de ter havido simulação na incorporação.
- b) A responsabilidade da "X Construções" (incorporada) é objetiva, mas a responsabilidade individual de seus dirigentes por atos ilícitos não pode ser excluída, cabendo a estes a aplicação das sanções administrativas de forma objetiva.
- c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, sendo a responsabilização subjetiva no âmbito administrativo e objetiva no civil.
- d) A responsabilidade da sucessora ("Y Engenharia") será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.
- e) As sociedades consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, respondendo por todas as sanções administrativas e civis, inclusive as restritivas de direito.

78. Um ex-servidor público, que se aposentou antes da conclusão do processo judicial de improbidade administrativa, foi condenado, com trânsito em julgado, à sanção de perda da função pública por ato ímprobo. O juízo da condenação está avaliando a forma de dar efetividade à sanção imposta ao ex-servidor. De acordo com o entendimento dos tribunais superiores sobre a aplicação das sanções da Lei nº 8.429/1992, em casos de aposentadoria prévia, assinale a alternativa correta.

- a) A perda da função pública não pode ser aplicada ao servidor aposentado, pois a Lei de Improbidade Administrativa não prevê expressamente a cassação da aposentadoria como sanção, o que violaria o princípio da legalidade.
 - b) A sanção de perda da função pública não pode ser convertida em cassação de aposentadoria, uma vez que o benefício previdenciário possui natureza contributiva e solidária, oponível a qualquer sanção funcional.
 - c) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera a cassação da aposentadoria uma forma de confisco e enriquecimento ilícito do Estado, inadmissível mesmo que o servidor tenha se aposentado após a instauração do processo.
 - d) O STF considera a penalidade de perda da função pública incompatível com o regime próprio de previdência dos servidores, devendo ser aplicada apenas a multa civil e a suspensão dos direitos políticos.
 - e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado.
-

79. Um município pretende utilizar o sistema de registro de preços (SRP) para a contratação da reforma de escolas de pequeno porte, obras que possuem projeto padronizado e são necessárias de forma frequente. O órgão licitante quer saber sobre as regras aplicáveis ao SRP, especialmente no que tange à vigência e à obrigação de contratar. Com base nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 sobre o SRP, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação de obras e serviços de engenharia pelo SRP é vedada.
- b) A existência de preços registrados obriga a Administração a celebrar o contrato nas condições estabelecidas na ata, não sendo facultada a realização de licitação específica.
- c) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- d) O SRP poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os requisitos de projeto padronizado e necessidade permanente ou frequente.
- e) É vedada a inclusão, na ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, pois isso configuraria burla à ordem de classificação.

80. Suponha que a Administração Pública tenha convocado o licitante adjudicatário, que havia apresentado a proposta mais vantajosa, para assinar o termo de contrato. O adjudicatário recusou-se, de forma injustificada, a celebrar o contrato no prazo estabelecido. Após a recusa, a Administração convocou os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de um preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário. Um dos licitantes remanescentes convocado para esta negociação também se recusou a aceitar a contratação. Com base nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 sobre a convocação para contratação, assinale a alternativa correta.

- a) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato sujeita-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- b) A Administração deverá, obrigatoriamente, convocar os licitantes remanescentes para celebração do contrato.
- c) A recusa do licitante remanescente convocado para a negociação sujeitará este licitante às penalidades legalmente estabelecidas e à perda da garantia de proposta.
- d) O prazo de convocação para assinar o contrato poderá ser prorrogado duas vezes, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, desde que o motivo seja aceito pela Administração.
- e) Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, a Administração deverá revogar a licitação.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
